



Boletim Informativo

Belém-PA, 16 de junho. Edição N°005/2016

TRIBUNAL PLENO

Na 18ª Sessão Ordinária, o Tribunal Pleno, em data de 25 de Maio de 2016, levou a julgamento a **Promoção por Antiguidade – 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaracé da Comarca da Capital – 3ª Entrância** – Edital nº 010/2015, tendo, na oportunidade, sido promovido o MM. Juiz **RAIMUNDO RODRIGUES SANTANA**, Titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua; na mesma sessão ocorreu, ainda, o julgamento do Processo de **Remoção à Vara do Juizado Cível da Comarca de Santarém – 2ª Entrância**, sendo removido o MM. Juiz **GERSON MARRA GOMES**, Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém.

No dia 1º de Junho de 2016, na 19ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, foram levados para apreciação e julgamento os seguintes processos de **Remoção/ 3ª Entrância: à 3ª Vara de Execução Fiscal – Comarca da Capital**, sendo removida, na ocasião, a MMa. Juíza **MÔNICA MAÚS NAIF DAIBES**, Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital; à **2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso – Comarca da Capital**, o qual ficou prejudicado, ante a desistência da única magistrada inscrita; à **1ª Vara Cível e Empresarial**, removida a MMa. Juíza **ROSANA LÚCIA DE CANELA BASTOS** e, ainda, à **Vara de Combate ao Crime Organizado**, removido o MM. Juiz **AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE**.

PRESIDÊNCIA

Entre outros atos da Presidência do Egrégio TJ/PA, no período, destacamos a Portaria **2495/2016-GP**, e-DJTJ/PA de 01.06.2016, contendo quadro tornando públicas as substituições decorrentes dos afastamentos de magistrados, em razão de férias, compensação de plantão e licenças programadas para o mês de junho do corrente ano; **Edital nº 20/2016-TJPA**, e-DJTJ/PA de 03.06.2016, tornando público que se encontram abertas as inscrições para o processo seletivo à Licença para Estudo de que trata o art. 26 da Lei 5.810/1994, regulamentada, no âmbito deste Poder, pela Resolução 02/2016-GP, que será realizado mediante as condições estabelecidas no mencionado Edital; Portaria 2670/2016-GP, e-DJTJ/PA de 08.06.2016, Outorgando Medalha “**DOM ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS**” a servidores condecorados com a honraria da “**ORDEM DO MÉRITO FUNCIONAL**”, nominando os mesmos; Portaria **2682/2016-GP**, e-DJTJ/PA de 06.06.2016, Considerando o falecimento do Exmo. Sr. **JARBAS PASSARINHO**, Ex-Governador do Estado do Pará, ocorrido em 05.06.2016, declarando Luto Oficial em todo o Poder Judiciário do Estado do Pará, nos dias 6, 7 e 8 do corrente mês e ano, sem prejuízo do expediente ordinário; Portaria **2713/2016-GP**, e-DJTJ de 10.06.2016, considerando os termos da Portaria nº 2004/2016-GP, que determina às Varas de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Belém a realizarem Audiências de Instrução e Julgamento, prolatarem despachos, decisões e sentenças, dentre outros atos jurisdicionais, visando à prestação jurisdicional de forma célere e a contento da sociedade, sob a forma de mutirão, nos processos em que o crime tenha ocorrido no Bairro do Guamá, no período de 13 a 17 de junho de 2016, no horário de 14h às 17h; procede a designação de Juízes para auxiliarem as respectivas Unidades Judiciárias, no Projeto Mutirão de Bairros na Comarca de Belém.

Portarias na íntegra no Portal Externo/Legislação/Portarias

RESOLUÇÕES

Resolução nº 014/2016, de 1º de Junho de 2016 – e-DJTJ/PA de 02.06.2016 - **Instituindo o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.**

Resolução nº 015/2016, de 1º de Junho de 2016 – e-DJTJ/PA de 02.06.2016 – Dispõe sobre o Núcleo de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC) e os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), revoga a Resolução nº 011/2013-GP e dá outras providências.

Resolução nº 016/2016, de 1º de Junho de 2016 – e-DJTJ/PA de 02.06.2016 - **Regulamenta o Plantão Judiciário do Estado do Pará.**

Resolução nº 017/2016, de 08 de Junho de 2016 – e-DJTJ/PA de 09.06.2016 – **Dispõe sobre a consignação em folha de pagamento de magistrados ativos e inativos, fixa condições para o credenciamento de consignatárias, regulamenta o sistema de controle de Margem Consignável (SCMC) e dá outras providências.**